

EDITORIAL¹

É com grande satisfação que apresentamos o *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, número 23, da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. Embora mantendo o mesmo formato de estrutura e conteúdo das edições anteriores, este é um número especial, composto de estudos especificamente relacionados à agricultura no Brasil. Com base na diversidade e profundidade com que os temas são tratados, esperamos que este boletim contribua para o desenvolvimento do setor agrícola, que cada dia aumenta mais sua importância na economia brasileira.

Esta edição da publicação está dividida em quatro seções – *Ensaio*, *Opinião*, *Notas de pesquisa* e *Indicadores agropecuários*. Com essa diversidade temática, pesquisam-se interfaces que orientem uma ação pública mais efetiva, eficaz e eficiente no país. Os ensaios são textos analíticos ou interpretativos que versam sobre determinado assunto, geralmente, mas não necessariamente, de forma menos aprofundada que um tratado formal ou acabado. O texto de opinião aborda temas de destaque para a Dirur/Ipea. As notas de pesquisa, por sua vez, são relatos e/ou resultados preliminares de pesquisas em desenvolvimento na Dirur/Ipea. Os indicadores temáticos, por fim, trazem dados atualizados periodicamente, com a intenção de construir séries históricas para a realização de análises específicas.

A primeira seção desta edição do boletim é composta por três ensaios voltados para temas de desenvolvimento de políticas para a agropecuária a partir do olhar regional. Um ensaio aborda a agropecuária no contexto de políticas estruturantes e regionais; outro ensaio discute uma política com foco regional; e o terceiro trata de capital humano e extensão rural. No primeiro texto, intitulado *Notas conceituais e definições de suporte às políticas públicas para a agropecuária após a Constituição Federal de 1988*, os autores Gesmar Rosa dos Santos, Carlos Eduardo de Freitas Vian e Lauro Mattei apresentam notas conceituais e definições que deram origem ao debate sobre as políticas agrícolas no Brasil, e permanecem nele, nos últimos trinta anos. A partir do contexto interdisciplinar e da diversidade regional e produtiva do meio rural brasileiro, os autores apontam questões que são aprofundadas nos textos seguintes, ao analisarem os dados do censo agropecuário de 2017.

O segundo ensaio do boletim trata de uma das políticas com maior capilaridade e abrangência regional no Brasil, o Pronaf. O texto *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Matopiba*, de autoria de César Nunes de Castro,

¹ DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua23edit>

Rogério Edivaldo Freitas e Caroline Pereira Nascimento, analisa dados da execução do programa em uma região de grande expansão recente no bioma Cerrado, nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba), que contam com 289.943 estabelecimentos agropecuários, sendo 79% familiares. Os autores destacam as principais vantagens da aptidão agrícola e de adoção de alta tecnologia na região, assim como o Centro-Oeste: a adequação do solo à mecanização; terras planas e mais baratas; e avanços na infraestrutura. Evidenciam, porém, grande disparidade de receitas e despesas entre os estabelecimentos e ilustram que a participação das receitas de aposentadorias, pensões e programas governamentais é maior que a das receitas provenientes da produção agropecuária no caso dos agricultores familiares participantes do Pronaf B. O contrário ocorre nos estabelecimentos do grupo Pronaf V, em que a produção agropecuária é a principal fonte de receita.

Fechando essa primeira seção, que trata mais diretamente de políticas públicas, Júnia Cristina P. R. da Conceição apresenta resultados e análise de dados sobre *Capital humano e obtenção de informações técnicas na agricultura: perfil e diferenças regionais a partir dos dados do censo agropecuário de 2017*. A partir de variáveis sobre o nível educacional formal dos produtores, verificam-se os sinais de sua relação com o acesso e a absorção de informações tecnológicas da assistência técnica. Tendo também o enfoque por regiões e Unidades da Federação (UFs), a autora aponta a importância de aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação com os produtores, de modo a elevar o nível de difusão de tecnologias de gestão e produção, tendo em vista ganhos de eficiência.

A segunda seção de ensaios é composta por nove contribuições, agregadas nos *Ensaio de economia agrícola*. O primeiro ensaio, *Panorama da diversidade produtiva e de renda na agropecuária brasileira: uma breve incursão nos dados do censo de 2017*, assinado por Gesmar Rosa dos Santos e Adrielli Santos de Santana, explora variáveis econômicas e sociais dos estabelecimentos, por UF. De modo a dar suporte a ensaios seguintes do boletim, os autores destacam os níveis de acesso a terra, serviços essenciais, tecnologias e aspectos da multifuncionalidade e pluriatividade dos estabelecimentos. Apresentam também índices de produtividade do trabalho, de referencial de porte e de rendimento monetário por área colhida, que são bases das heterogeneidades no campo. Por fim, discutem os níveis de dependência da renda externa e ilustram a realidade e os desafios que envolvem a pequena agricultura.

No ensaio *Agricultura de grande escala e de menor porte produtivo: o que os dados revelam?*, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho traça, em linhas gerais, um diagnóstico do setor agropecuário brasileiro, destacando a significativa heterogeneidade e concentração produtiva. Utiliza a classificação dos produtores nos grupos de extrema pobreza, renda baixa, média e alta, para os quais considera importantes políticas produtivas distintas. Em 2006, cerca de 11% dos estabelecimentos mais ricos respondiam por 86% do valor bruto da produção (VBP), enquanto em 2017 9% deles responderam por, aproximadamente, 85% do VBP. A dualidade econômica (pobres e ricos) na produção agropecuária brasileira se expressa no fato de apenas 0,6% dos estabelecimentos responderem por 53% da produção, sendo que tal desigualdade se elevou ligeiramente entre 2006 e 2017. Os estabelecimentos de menor porte são tão desiguais ou concentrados quanto a produção de maior escala, com um índice de Gini ainda alto. O autor destaca que fatores tecnológicos, educacionais e cooperativos são fundamentais para elevar o nível da renda agropecuária.

Francisco de Assis Costa assina o terceiro ensaio da segunda seção do boletim, discutindo a *Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017)*. Fruto de longa pesquisa e metodologia

própria, o trabalho identifica estabelecimentos por diferentes tipologias e níveis de produção em distintas relações com a terra, desde o campesinato até a grande empresa produtora de *commodities*. A partir de variáveis como acesso à terra, produtividade do trabalho e intensidade de capital, o autor evidencia mudanças estruturais, dificuldades e desafios da diversidade produtiva regional. Entre as trajetórias descritas, uma se destaca ao crescer a partir de saberes, hábitos e características naturais da Amazônia, alinhando-se à produção sustentável – agroflorestania e silviagricultura. Outras estagnaram-se ou cresceram a partir da incorporação de terras em grande escala.

No ensaio seguinte, *Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional*, Joacir Rufino de Aquino, Maria Odete Alves e Maria de Fátima Vidal evidenciam a dificuldade de acesso dos agricultores familiares nordestinos aos ativos produtivos. Destacam a terra, a água e as infraestruturas produtivas e ilustram a resistência dos agricultores de pequeno porte, mesmo diante de uma grande seca registrada entre 2012 e 2017. Com irrisório acesso a serviços essenciais à produção – por exemplo, -92,7% não tiveram assistência técnica –, ainda assim, a agricultura familiar ocupa 73,8% da mão de obra em 72,9% das propriedades da região. Com o apoio das políticas públicas (como o Programa Cisternas, o Pronaf e o Bolsa Família) e da renda externa obtida pelos agricultores, os estabelecimentos exercem ainda a importante função de moradia e de oferta de alimentos com capilaridade que contribuem fortemente para a segurança alimentar no âmbito local e regional.

No quinto ensaio da seção, *Panorama da produção agropecuária das regiões intermediárias do estado da Bahia em 2017*, Cristiane Aparecida de Cerqueira, Marcelo Inácio Ferreira Ferraz e Naisy Silva Soares tomam como referência a nova classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que definiu dez regiões geográficas intermediárias no estado. Evidenciam a sua grande diversidade nos aspectos demográficos e socioambientais que alcançam a agricultura. Além disso, destacam que mesmo as escalas das regiões intermediárias e as imediatas são muito extensas e heterogêneas em diversos parâmetros estruturais e produtivos. Nas lavouras temporárias, permanentes ou na pecuária, os estabelecimentos familiares e não familiares têm características socioeconômicas e resultados produtivos que refletem as peculiaridades e o dinamismo da economia local. Registram-se *deficit* de serviços como extensão rural, acesso ao crédito e outras políticas. Os autores ressaltam que indicadores como PIB e PIB *per capita* são suficientes para explicar as heterogeneidades, sendo importantes as semelhanças e diferenças da produção nas regiões e escalas menores.

No sexto ensaio, de autoria de Gesmar Rosa dos Santos e Adrielli Santos de Santana, aborda-se a *Agricultura e agroindústria rural na região Sudeste segundo dados do censo agropecuário de 2017*, destacando os estados de São Paulo e Minas Gerais. O ensaio aponta que as UFs com agricultura de menor porte (nas regiões Norte e Nordeste) e o estado do Rio Grande do Sul têm maior percentual de processamento na agroindústria rural no país. A atividade tem o valor da produção relativamente baixo, de R\$ 14,8 bilhões, diante dos R\$ 465 bilhões da agropecuária, em 2017. Minas Gerais tem um quarto da produção da agroindústria rural do Brasil, porém ela é concentrada no carvão vegetal e em outros sete produtos, que somam 95% do valor produzido no segmento. Segundo os autores, as dificuldades e os limites da expansão da agroindústria permitem levantar a hipótese de que a opção dos agricultores tem sido pela adesão ao complexo agroindustrial, pela venda de produtos *in natura* e pelo abastecimento local.

Os dois textos seguintes tratam do cooperativismo na agropecuária, no contexto regional. *Produção agropecuária e cooperativismo na região Sul do Brasil: destaques dos dados do censo agropecuário de 2017* é o sétimo texto da seção, elaborado por Fernanda Lopes Johnston, Adrielli Santos de Santana e Gesmar Rosa dos Santos. O ensaio faz uma breve descrição histórica e apresenta dados produtivos da região, que tem 36,8% de produtores rurais associados a cooperativas agropecuárias, ante 11,4% no Brasil. A região possui 78% dos agricultores na categoria familiar e tem o maior valor produzido por área colhida do país. A comercialização dos cooperados, que soma 91% da sua produção, supera a dos não cooperados, embora esse índice seja alto para todos os grupos de produtores nos três estados – inclusive sob outras formas de associação e de integração às agroindústrias, havendo ainda desafios regionais a superar.

Sobre esse mesmo tema, o oitavo ensaio, *Cooperativismo, empoderamento feminino e transição geracional no oeste do Paraná: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustrial*, assinado por Roberta Vedana, Mary Paula Arends-Kuenning, Pery Francisco Assis Shikida e Marcos de Oliveira Garcias, descreve o processo de formação das cooperativas agropecuárias na sub-região, bem como as medidas de inserção de mulheres e jovens no processo decisório na cooperativa. A respeito desse segundo tópico, o trabalho utiliza dados de uma pesquisa feita com 150 casais agricultores, em 2019, em cinco municípios da região Oeste paranaense em que a cooperativa atua. Participação e integração de toda a família na gestão da propriedade e no processo decisório são pontos centrais identificados, os quais contribuem para o planejamento familiar, a continuidade da sucessão nas propriedades e o fortalecimento dos princípios do associativismo.

Murilo José de Souza Pires assina o nono ensaio da segunda seção, *O grau de heterogeneidade da estrutura agrícola da região Centro-Oeste segundo os censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017*. A proposta do autor é testar e validar, empiricamente, as evidências teóricas apontadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no que se refere às estruturas produtivas de economias periféricas marcadas por forte heterogeneidade produtiva. O texto evidencia uma grande elevação da produtividade do trabalho na produção vegetal no Centro-Oeste, comparativamente às demais regiões, aprofundando o grau de heterogeneidade existente entre as economias modernizadas e aquelas ainda ligadas à agricultura tradicional e de subsistência. O estado de Mato Grosso foi o que mais incrementou a sua produtividade do trabalho na agricultura, nos anos censitários de 1995, 2006 e 2017, enquanto o grau de heterogeneidade da estrutura agropecuária foi maior no Goiás.

Na seção *Opinião*, Walter Belik chama a atenção para a importância do debate sobre a reforma fiscal, questões federativas e tributárias, e para a oportunidade de se repensar o papel do município na política agrícola. Diante da realidade imposta pelas crises fiscal e da pandemia da Covid-19, o autor alerta sobre a relevância de olhar outras dimensões das políticas públicas, uma vez que elas são fortemente ancoradas no plano da União e operacionalizadas diretamente via bancos e proprietários rurais.

A seção *Notas de pesquisa* contém dois textos. O primeiro é o relato do projeto de pesquisa *Agricultura e diversidade produtiva: um momento de reflexões e análises de dados*. O texto apresenta a iniciativa em andamento na Dirur/Ipea, que se apoia na colaboração em rede de universidades parceiras, tendo como resultado inicial a publicação de vários ensaios deste boletim. O objetivo do projeto é analisar dados e indicadores sobre a diversidade da agropecuária, suas condições produtiva e estrutural, tendo em vista o aperfeiçoamento de políticas públicas.

O segundo texto da mesma seção apresenta o projeto *Núcleo de Estudos de Economia Agrícola*, que é um grupo de pesquisa vinculado ao Ipea com apoio financeiro e direcionamento das demandas técnicas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O arranjo institucional e a parceria foram desenhados para promover estudos e subsidiar a tomada de decisão no âmbito do Mapa, tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas de desenvolvimento do setor agropecuário. O projeto conta com um termo de execução descentralizada assinado entre as partes em dezembro de 2019. Para a realização dos trabalhos em sete linhas de pesquisa, o projeto agrega vários pesquisadores e economistas ligados à Dirur/Ipea e à Secretaria Executiva do Mapa.

Na última seção do boletim, *Indicadores agropecuários*, o texto *Os agricultores e seus estabelecimentos: dados e índices selecionados do censo agropecuário de 2017* traz informações que retratam as distintas realidades dos municípios a partir de variáveis dos estabelecimentos e dos produtores, por estados e regiões. O conteúdo ilustra as análises realizadas, de forma complementar, e permite que os leitores tenham em mãos detalhes que podem auxiliar análises em diversos temas relacionados à diversidade da agropecuária brasileira.

Agradecemos aos colegas do Ipea e das instituições parceiras que atuaram voluntariamente como pareceristas dos ensaios desta edição: Murilo Pires, Rogério Freitas, Gesmar Santos, Júnia Conceição, Adrielli Santana, Caroline Nascimento, Regina Sambuichi, Marcos Garcias, Gabriel Machado, Fernanda Johnston, Naisy Soares e Joacir Aquino.

Somos também especialmente gratos aos professores e pesquisadores das universidades e instituições parceiras, pela preciosa contribuição na elaboração dos ensaios, nomeando-os: Joacir Aquino, Francisco Costa, Pery Shikida, Mary Arends-Kuenning, Carlos Vian, Lauro Mattei, Maria Alves, Maria Vidal, Cristiane Cerqueira, Marcelo Ferraz, Naisy Soares, Roberta Vedana, Marcos Garcias e Fernanda Johnston.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Os Editores

